



Anais da Assembléia

N.º 143

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 122.ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 1985

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Vasconcellos e Jorge Maia Filho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob os n.ºs DTL/118 e 119/85, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei números 106 e 103/85, os quais convertidos em Lei tomaram os n.ºs 8.173 e 8.182, respectivamente.

Anote-se. Arquive-se.

Mensagens:

MENSAGEM N. 227/85

Curitiba, 09 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar providências de Vossa Excelência no sentido de que as medidas constantes das Mensagens n.ºs 184/85, 199/85 e 214/85, sejam incluídas no rol das matérias para apreciação no atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 228/85

Curitiba, 09 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer limites autorizativos para contratação de empréstimos pela Administração Direta. Os valores propostos visam assegurar os recursos necessários para fazer face a rolagem do Serviço da Dívida Externa do Estado do Paraná — Administração Direta vencíveis em 1986, conforme Decreto-Lei 2.070, de 14 de dezembro de 1983.

Da receita total prevista, no montante de Cr\$21.724,0 bilhões incluem-se Cr\$6.517,1 bilhões de recursos provenientes de operações de crédito, indispensáveis para complementar a receita ordinária e o volume de transferências federais, insuficientes para a execução da programação financeira de Tesouro Estadual.

Do total das operações de crédito previstas, Cr\$4.010,5 bilhões serão de origem externa, sendo que Cr\$2.225,3 bilhões referem-se a ingressos de operações já contratadas e Cr\$1.785,2 bilhões deverão ser captados através de contratação de empréstimos em moeda estrangeira, no valor equivalente a US\$104,0 milhões.

Como é de conhecimento dessa Augusta Assembléia, a par da aprovação do anteprojeto em encaminhamento, o Governo do Estado solicitará a necessária autorização do Senado Federal, como condição prévia à efetivação dos empréstimos externos, tendo em vista o contido no inciso IV, do art. 42 da Constituição Federal.

Tendo em vista os elevados interesses públicos solicito que a matéria aqui contida seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 334/85

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a US\$104.000.000 (cento e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte) de forma a complementar os recursos necessários para fazer face a rolagem dos serviços da Dívida Externa do Estado do Paraná — Administração Direta, no exercício de 1986, conforme o Decreto-Lei n. 2.070, de 14 de dezembro de 1983.

Parágrafo Único. À execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações e com uma ou mais entidades financeiras.

Art. 2.º — O Poder Executivo fica autorizado a prestar

fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos externos, previstos no artigo 1.º, destinados a entidades da administração direta do Estado, até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender as despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais.

Parágrafo Único — Para efetivação das operações de crédito e garantias previstas neste artigo, poderá o Poder Executivo vincular as quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art. 3.º — Os prazos de amortização e carência, os juros e taxas adicionais e comissões referente aos empréstimos e financiamentos a serem tomados, obedecerão as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências dos órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Parágrafo Único — O pagamento, mesmo que em moeda nacional, de quaisquer comissões legais e outras despesas, somente poderá ser efetuado a representante de banco estrangeiro, autorizado a operar no país e devidamente credenciado pelo Departamento de Organização Bancária DEORB, do Banco Central do Brasil.

Art. 4.º — O Poder Executivo incluirá no Orçamento Anual, por intermédio de projetos específicos, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício, bem como para os juros e demais encargos da dívida que vier a ser contratada na forma desta Lei.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 229/85

Curitiba, 09 de dezembro de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR.

O Governo Federal, através do Banco Nacional de Habitação, preparou e está ainda executando o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA, que se propõe permitir ao Governo do Estado o equacionamento, em caráter permanente, do problema do abastecimento de água e ao mesmo tempo, oferecer-lhes os meios necessários para solucioná-los.

Com tais objetivos, o Governo do Estado, compreendendo o alcance e a importância da meta pretendida pelo Governo Federal, no setor de saneamento, celebrou Convênio com o Banco Nacional de Habitação — BNH, destinado a estabelecer as condições gerais para a realização de programa integrado, no âmbito do Estado do Paraná, propiciando o equacionamento global e permanente do problema de abastecimento de água em todos os municípios.

Conforme preconiza o mencionado convênio, o Governo do Estado, através da Lei n. 6.317/72, munuiu-se de instrumentação legal para concessão de garantia nas operações de crédito contraídas junto ao Banco Nacional de Habitação. Ocorre que os limites

para concessão de fiança a que alude a referida lei, foram atingidos, havendo, portanto, necessidade de ampliá-los a fim de que o Estado do Paraná possa continuar participando do PLANASA.

Assim, visando a complementação de recursos para a execução do programa de obras a serem executadas pela SANEPAR entre dezembro de 1985 a 1987, toma-se necessária e oportuna a medida que ora submeto a essa Augusta Casa de Leis.

Tendo em vista os elevados interesses públicos solicito que a matéria aqui contida seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

335/85

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, até o máximo de 10.000.000 (dez milhões) UPC, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 583.002.000.000 (quinhentos e oitenta e três bilhões e dois milhões de cruzeiros), destinados à execução de obras do sistema de abastecimento de água e esgoto em municípios do Estado, e a conferir ao Banco Nacional de Habitação os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, que lhe couberem, na forma da legislação em vigor, e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos dos Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos Estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação ao Banco do Estado do Paraná S/A.

Parágrafo Único — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação, na hipótese de o Banco do Estado do Paraná S/A ou Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional de Habitação.

Art. 2.º — Fica ainda o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a complementar a integralização do Fundo de Água e Esgoto — FAE/Pr e a integralização do capital da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, até o máximo de 100 % (cem por cento) do valor previsto no artigo primeiro, bem como garanti-los na forma ali estabelecida.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 230/85

Curitiba, 09 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, na forma dos mandamentos contidos na Emenda Constitucional n. 27, de 28 de novembro

de 1985, à Carta Magna da Nação, objetiva criar no Estado do Paraná o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa foi precedido de estudos realizados pelos setores técnicos da Secretaria de Estado das Finanças, tendo o Titular daquela Pasta em expediente a mim dirigido, apensado justificativa, cujos termos ratifico e que são os seguintes:

"Contém a presente, anteprojeto de lei que cria e implementa no Estado do Paraná o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), inserido no âmbito da competência estadual, pela Emenda Constitucional n. 27, de 28.11.85, cujo produto da arrecadação 50 % se constituirá receita do Estado e 50 % será repassado ao Município onde estiver licenciado o veículo.

Na criação do tributo e sua implementação, deve ser obedecido o princípio da anterioridade, portanto, a lei deve estar em vigência antes de 1.º de janeiro de 1986, tendo contudo, o Estado, ampla liberdade para legislar, já que a Constituição lhe atribuiu, competência legislativa plena.

O Tributo em questão substitui a Taxa Rodoviária Única (TRU), de competência Federal, e como aquela está vinculado ao licenciamento do veículo.

É devido anualmente, ocorrendo o respectivo fato gerador no dia 1.º de janeiro de cada ano ou quando do primeiro licenciamento realizado no Estado, hipótese esta em que o pagamento será proporcional ao período da fruição da propriedade no exercício respectivo, já que a matéria tributável é a propriedade e não mais a compensação por uso de via pública, como ocorria com a extinta TRU.

A base de cálculo é o valor venal do veículo estabelecido em tabela anualmente emitida pela Secretaria de Estado das Finanças, tomando por base os preços médios correntes no último mês do exercício anterior e considerando as características de potência, capacidade de carga, ano de fabricação, peso, cilindrada, modelo e tipo de combustível.

No que diz respeito às alíquotas foram criados critérios diferenciados considerando as características de cada veículo, tributando-se com maior Intensidade os de passeio e esporte e com menor os utilitários, os de carga e de transporte coletivo.

Atendendo aos interesses do Governo no Programa Nacional do Alcool e a Política Energética implantada, estabeleceu-se diferente carga tributária para os veículos que utilizem este combustível, que gozam inclusive, do benefício da base de cálculo reduzida.

Excluíram-se várias isenções anteriormente existentes com relação a TRU, já que tratando-se agora de imposto a própria imunidade integrada em inúmeras hipóteses que eram arroladas, já afasta a incidência, mantidas no anteprojeto tão somente as absolutamente indispensáveis.

A inovação está na isenção concedida aos veículos nacionais com mais de 15 anos de fabricação e aos estrangeiros com mais de 25, cuja cobrança e manutenção no Cadastro tem custo superior ao valor do próprio imposto que seria cobrado.

Foram criados mecanismos de atribuição de responsabilidade que possibilitam ao fisco maior garantia na fiscalização e cobrança do tributo além de penalidades com referibilidade econômica compatível com a infração praticada, de forma a coibir e desencorajar

a prática da sonegação e da fraude.

Por fim, estabeleceram-se os critérios de lançamento, que poderão ser de ofício ou por homologação, de cálculo da correção monetária e dos juros de mora, além da competência para fiscalizar o pagamento do imposto.

O procedimento administrativo relativo ao lançamento e apuração de infrações, bem como o rito a ser adotado, por tratar-se de matéria não sujeita ao princípio da reserva legal a que, portanto, pode ser objeto de regulamentação por parte do Poder Executivo não foi explicitado no anteprojeto, inclusive dada a urgência de criação do tributo, com os estudos concluídos ainda neste exercício.

Em conclusão, do projeto constam todos os elementos cuja definição é de competência legislativa, traçando-se, com a maior fidelidade possível, o perfil do imposto que está sendo criado com simplicidade e clareza que a matéria permite".

Tendo em vista os elevados interesses públicos solicito que a matéria aqui contida seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 336/85

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1.º — Esta lei institui, na forma do inciso III do art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil, acrescentado pelo art. 2.º da Emenda Constitucional 27, de 28.11.85, o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).

CAPÍTULO I DO FATO GERADOR

Art. 2.º — O IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor.

§ 1.º — Considera-se ocorrido o fato gerador:

1 — no momento do primeiro licenciamento, neste Estado, de veículos de fabricação nacional ou estrangeira;

2 — no primeiro dia de janeiro de cada ano, para os veículos já licenciados neste Estado.

§ 2.º — (IPVA) é vinculado ao veículo. No caso de sua alienação, o comprovante do pagamento será transferido ao novo proprietário para efeito de registro ou averbação no órgão de trânsito.

§ 3.º — Na hipótese de transferência de veículo regularizado, de outra Unidade Federada, não será exigido novo pagamento, respeitando-se o prazo de validade do recolhimento anterior.

CAPÍTULO II DA BASE DE CÁLCULO

Art. 3.º — A base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo automotor.

Parágrafo Único — O valor venal a que se refere este artigo será uniformizado em todo território paranaense em tabelas baixadas anualmente pela Secretaria de Estado das Finanças, observado o preço usualmente praticado no mercado do Estado do Paraná no último mês do ano anterior ao da ocorrência do fato

gerador, podendo ser utilizados os preços médios aferidos por publicações especializadas, a potência, a capacidade máxima de tração, ano de fabricação, o peso, a cilindrada, o número de eixos, a dimensão e o modelo do veículo.

Art. 4.º — Na hipótese do item I do § 1.º do artigo 2.º, a base de cálculo será reduzida em 1/12 (um doze avos) por mês calculada até o mês anterior ao do licenciamento.

CAPÍTULO III DA ALÍQUOTA

Art. 5.º — As alíquotas do IPVA são:

- I — 7 % (sete por cento) para carros de passeio, inclusive de esporte e de corrida, bem como camionetas de uso misto e veículos utilitários;
- II — 3 % (três por cento) para os veículos mencionados no inciso anterior, detentores de permissão para transporte público de passageiros, jipes, furgões e camionetas tipo "pick-up";
- III — 2 % (dois por cento) para os demais veículos, inclusive motocicletas e ciclomotores.

CAPÍTULO IV DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Art. 6.º — São contribuintes do IPVA a pessoa natural ou jurídica que detenha a propriedade de veículo automotor.

Art. 7.º — São responsáveis pelo pagamento do IPVA devido:

I — SOLIDARIAMENTE:

- a) os despachantes que tenham promovido os despachos de registro e licenciamento do veículo sem o pagamento do IPVA;
- b) o leiloeiro, síndico, comissário, liquidante e o inventariante;
- c) o adquirente de veículo com alienação fiduciária ou com reserva de domínio;
- d) qualquer pessoa que detiver a posse do veículo, mesmo a título precário.

II — Subsidiariamente, as pessoas arroladas nas demais hipóteses previstas no Código Tributário Nacional.

Parágrafo Único — O tributo pode ser cobrado do contribuinte ou do responsável, indistintamente, ficando este último sub-rogado nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária.

CAPÍTULO V DO LANÇAMENTO

Art. 8.º — O IPVA será devido anualmente e lançado de ofício, ou por homologação, a critério de autoridade administrativa encarregada da realização do lançamento.

CAPÍTULO VI DO PAGAMENTO

Art. 9.º — O local, a forma e os prazos de pagamento serão fixados em Instrução da Secretaria de Estado das Finanças, podendo, o pagamento, ser efetuado em até 3 (três) parcelas.

CAPÍTULO VII DAS PENALIDADES

Art. 10. — A falta de pagamento do IPVA, nos prazos regulamentares, sujeita o infrator à multa de 100 % (cem por cento) do valor do imposto devido.

Parágrafo Único — A multa prevista neste artigo será reduzida para 30 trinta por cento se for paga, juntamente com a totalidade do imposto devido ou respectiva parcela, até 10 (dez) dias contados da data da expiração do prazo de pagamento.

Art. 11. — A prestação de falsa declaração com o objetivo de exonerar-se do pagamento total ou parcial do tributo, sem prejuízo da cobrança do montante que deixou de ser pago, através de lançamento de ofício, sujeita o infrator à multa de 300 por cento, do respectivo valor.

Art. 12. — O sujeito passivo que deixar de requerer sua exclusão do Cadastro de Contribuintes do IPVA, no prazo previsto no § 2.º do art. 16 nesta Lei, fica sujeito à multa de 4 (quatro) ORTN's vigentes no mês da infração.

CAPÍTULO VIII DOS JUROS E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 13. — Aplicam-se ao IPVA a atualização monetária e juros de mora não capitalizável, de 1 por cento ao mês ou fração.

§ 1.º — Serão observados em relação ao IPVA os mesmos coeficientes para a atualização monetária do imposto a que se refere o inciso II do art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2.º — Considerar-se-á termo inicial para o cálculo da correção monetária e dos juros de mora:

- 1. — do imposto, o mês seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento;
- 2. — da multa:
 - a) o mês seguinte ao do vencimento do imposto, na hipótese do artigo 10;
 - b) o mês seguinte ao da intimação do lançamento ao sujeito passivo da obrigação, nas demais hipóteses.

CAPÍTULO IX DAS ISENÇÕES

Art. 14. — São isentos de pagamento do IPVA, os veículos:

- I — sobre os quais, em razão do tipo, a legislação específica proíbe o tráfego em vias públicas;
- II — de propriedade do Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo Brasileiro;
- III — nacionais com mais de 15 (quinze) anos de fabricação e estrangeiros com mais de 25 (vinte e cinco).

CAPÍTULO X DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 15. — O procedimento administrativo relativo ao lançamento e apuração de infrações do IPVA, será regulamentado pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO XI DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE

Art. 16. — Compete à Secretaria de Estado das Finanças, com auxílio do Departamento Estadual de Trânsito, da Polícia Militar do Estado, e, na forma de Convênio, da Polícia Rodoviária Federal e dos Municípios, fiscalizar a execução desta Lei.

§ 1.º — Os órgãos estaduais a que se refere este artigo manterão um Cadastro atualizado das pessoas vinculadas obrigatoriamente ao IPVA, na forma a ser regulamentada por decreto do Poder Executivo.

§ 2.º — Nas hipóteses de alienação, furto, roubo, ou destruição total do veículo, deverá o contribuinte ou

o responsável, conforme o caso, comunicar o evento, requerendo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua ocorrência, a sua exclusão do cadastro, na forma disposta em norma complementar.

CAPÍTULO XII

DA PARTILHA DA RECEITA

Art. 17. A Secretaria de Estado das Finanças transferirá 50% (cinquenta por cento) da arrecadação do IPVA aos municípios.

Art. 18. Os prazos e a forma de depósito e os critérios de distribuição da quota Municipal do IPVA serão estabelecidos pelo Poder Executivo, observadas as normas específicas constantes da legislação federal relativa à matéria.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 19. Sem prejuízo do disposto no artigo 4.º, a base de cálculo do IPVA, para os veículos movidos exclusivamente a álcool, será reduzida em 50% (cinquenta por cento) no ano de 1986.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 231/85

Curitiba, 09 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação dos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 5.º, da Lei n. 6.568, de 24 de junho de 1974, alterados pelas Leis n. 6.888, de 06 de julho de 1977 e 7.229, de 24 de outubro de 1979, a fim de elevar para 17.500.000 UPCs, o limite autorizativo para o Poder Executivo contrair empréstimos e conceder garantias, no âmbito do Plano Nacional da Habitação Popular – PLANHAP/PR.

A anexa cópia autêntica do Ofício n. 2828/85, da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, apresenta maior detalhamento quanto à necessidade, oportunidade e significado de que é revestida a medida ora submetida a essa Augusta Assembleia Legislativa.

Tendo em vista os elevados interesses públicos solicito que a matéria aqui contida seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 334/85

Art. 1.º - Os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 5.º da Lei n. 6.568, de 24 de junho de 1974, alterados pela Lei n. 6.888 de 06 de julho de 1977 e Lei n. 7.229, de 24 de outubro de 1979, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1.º – Sem prejuízo no disposto no “caput” deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a contrair, de acordo com as normas operacionais do BNH, empréstimos até o valor de 17.500.000 UPC (dezessete milhões e quinhentas Unidades Padrão de Capital do BNH), para atender às responsabilidades financeiras do Estado com a execução do PLANHAP, no

período de 1986 – 1991.

§ 2.º - Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a garantir os empréstimos concedidos pelo BNH, a entidades da Administração Indireta do Estado, às COHABs e Municípios, para investimentos vinculados ao PLANHAP no período referido no parágrafo anterior”.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de dezembro de 1985.

Ofício n. 2828/DP/85.

Ilustríssimo Senhor Doutor

JOSÉ RICHÁ

Mui Digno Diretor Geral da

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR – SEIN

Centro Cívico - Nesta Capital.

Senhor Diretor Geral:

Considerando o término de prazo da Lei n. 7.229, de 24 de outubro de 1979, que autorizava o Executivo Estadual a contrair empréstimos e conceder garantias, no âmbito do Plano Nacional da Habitação Popular – PLANHAP/PR., vimos solicitar os préstimos de Vossa Senhoria no sentido de encaminhar pedido de novo diploma legal nos termos da minuta em anexo.

Para tanto, apresentamos a seguir os motivos que justificam tal solicitação:

A sempre crescente demanda habitacional vem, cada vez mais, exigindo esforços para desenvolvimento de projetos que atendam as necessidades das famílias de baixa renda.

Paralelamente a esse objetivo existe outro a ser alcançado: a grande necessidade de reativação do crescimento da indústria de construção civil por ser a que maior número de emprego oferece.

Ocorrendo a melhoria na oferta de empregos haverá, em decorrência, um incremento no processo de realimentação do SFH, através de crescimento no recolhimento ao FGTS que se constitui numa das principais fontes de recursos que o Banco Nacional da Habitação dispõe para a produção da habitação popular.

Uma vez conseguida a dinamização do setor de construção civil, passará nosso Estado a usufruir de benefícios diretos, em razão do crescimento na arrecadação do ICM, provocado pelo aquecimento da economia local, decorrente dos seguintes fatores:

- a) Maior distribuição de renda em função de melhoria na oferta de empregos;
- b) Aumento do consumo de materiais de construção.

Por outro lado, existe a expectativa de melhora em toda conjuntura econômica, o que virá dar suporte para a reativação da indústria de construção civil, otimizando as previsões de atendimento à demanda da habitação popular.

Em nosso Estado essas condições vem se mostrando favoráveis a ponto de permitir uma programação que atenda grande parte da demanda habitacional com condições de acesso aos projetos convencionais, ou seja, aqueles enquadrados nas condições do SFH.

Entretanto, considerando que os gradativos aumentos nos custos da construção civil vêm se mantendo em níveis superiores às variações da UPC, há que se estabelecer um limite bem maior que o anterior que era de 7.279.000 (sete milhões, duzentas e setenta e nove mil) UPCs conforme Lei n. 7.229, de 24.10.79.

Face ao exposto, entendemos que para atender as

responsabilidades financeiras do Estado com a execução do PLANHAP, no período de 1986 – 1991, o limite a ser estabelecido deverá ser de 17.500.000 (dezesete milhões e quinhentas mil) UPCs.

Certos de suas considerações, firmamo-nos.

Atenciosamente,

(a) TEOBALDO VITORIO MACHADO

Diretor Presidente

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor FRANCISCO ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE NETO, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, solicitando que o mesmo interceda junto à CAFE DO PARANÁ – Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, no sentido de que sejam liberadas, com a máxima urgência, sementes de milho para os agricultores da região Sudoeste do Paraná, encaminhando-se cópia deste requerimento ao senhor OSMAR FERNANDES DIAS, Diretor da referida Companhia.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento geral, a seca que vem ocorrendo em toda a região paranaense, tem prejudicado sobremaneira a lavoura. Entretanto, a região Sudoeste do Estado tem condições para o replantio, com considerável aproveitamento, não dispondo entretanto de sementes, razão pela qual apelamos à CAFE do Paraná, através da Secretaria da Agricultura no sentido de que sejam cedidas as sementes de milho aos agricultores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a transferência do Posto Policial existente na Rodovia do Café, km 130 para o km 170, no trevo do distrito de São Bento, município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Posto Policial existente na Rodovia do Café, km 130, encontra-se impróprio para atender a “Operação Carreteiro”, que tem por objetivo propiciar maior segurança ao transporte rodoviário.

Torna-se conveniente, portanto, a sua transferência para o km 170, onde está situado o trevo do distrito de São Bento, município de Tibagi, próximo às entradas para as cidades de Reserva, Tibagi, Ponta Grossa, Telêmaco Borba e outras subseqüentes, dando-se melhor atendimento aos camioneiros, pois, evidentemente trata-se de local mais estratégico.

Face ao exposto, espera-se o imediato encaminhamento de medidas que possam resultar na concretização do presente pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando que a Escola Estadual Vila Vicentina – Ensino de 1.º Grau, da Vila Marumbi - Uvaranas, em Ponta Grossa, passe a denominar-se ESCOLA ESTADUAL “JOÃO MARIA CRUZ” – ENSINO DE 1.º GRAU.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

João Maria Cruz não fez fortuna. Ou, como dizem seus familiares, “não fez fortuna para si, fez para os outros”, dedicando amor ao próximo, solidariedade e ostentando conduta exemplar em todas as situações.

Foi um incansável idealista, que em todas as situações criava meios de manifestações que permitiria satisfazer a coletividade a qual pertencia.

A sua primeira luta – que lhe permitiu fixar-se no conceito popular – data de 1943, com a fundação do Asilo São Vicente de Paula, cuja árdua tarefa levou 10 anos para concluir e dar pronto, a sede que idealizara, em meio a tanta dificuldade material como humana. Fundou também a Vila Vicentina, composta de uma casa-sede e mais um núcleo para abrigar famílias desamparadas, fundador da fábrica de colchões e acolchoados, também com a finalidade beneficente.

Um rol imenso de realizações, conforme “curriculum vitae” em anexo, configurou a existência do cidadão João Maria Cruz, um homem simples, mas de grande fibra, coragem e abnegado esforço.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 338/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade Desafio Jovem de Paranaguá – DEJOP –, com sede e foro à Rua C, s/n, bairro Jardim Guaraituba, Paranaguá - Pr.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

A Entidade Desafio Jovem de Paranaguá – DEJOP – vem demonstrando ser eficiente instrumento na recuperação e assistência às vítimas do alcoolismo e do consumo de drogas em geral. A referida entidade tem sede própria no município de Paranaguá e vem atendendo, a cada dia de forma mais abrangente, aqueles viciados que necessitam de socorro, residentes nos balneários vizinhos e vem se constituindo nos dias de hoje, no mais importante centro de recuperação destes vitimados. As atividades do DEJOP não se limitam ao trabalho de fazer as vítimas ali atendidas cortem a dependência do vício, mas também, passam elas por um processo de adaptação à sua nova realidade, como parte de um eficiente preparo para o ingresso a uma vida normal na sociedade.

Cumpra o DEJOP a sua finalidade essencial de promoção assistencial à pessoa humana, sem distinção de raça, cor, credo

religioso ou político, auxiliando os vitimados pelas drogas, num trabalho de readaptação ao meio social. Para tanto ele se propõe à tarefa de promover pesquisas e palestras e a manter intercâmbio com outras instituições similares, na divulgação dos problemas que condicionam o toxicômano ao uso da droga, como forma de alívio de suas ansiedades e tensões. Pelo muito que já vem colocando em prática nestes dois anos de existência e pelo montante do que poderá fazer, uma vez auxiliado, a Declaração de Utilidade Pública ao DEJOP — Desafio Jovem de Paranaguá — será motivo de júbilo e estímulo a toda uma sociedade, que, extrapolando as fronteiras do próprio município, se constituindo hoje, num mutirão de pessoas extremamente preocupadas com o grave problema dos dependentes drogados e viciados numa faixa social marginalizada que precisa ser resgatada com a máxima urgência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está finda a leitura do expediente.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Senhor Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente gostaria de comunicar a esta douta Casa de Leis que amanhã não poderemos aqui estar, em virtude de que estaremos acompanhando a comitiva do Governador José Richa ao município de São Pedro do Ivaí. Embora inicialmente tenha se noticiado que estaríamos em Marumbi, Cambira e Jandaia do Sul. Mas iremos apenas em São Pedro do Ivaí. E por esta razão não poderíamos, de maneira alguma, deixar para dizer o que temos de dizer hoje, para amanhã, porque aqui não estaríamos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o motivo que nos traz à tribuna desta Assembléia, na tarde de hoje, é para mais uma vez trazer à discussão e à memória dos nobres Pares com assento nesta Casa o problema em que se encontram os agricultores do Estado do Paraná e, muito especialmente, dos agricultores do nosso Vale do Ivaí.

Ainda no dia de ontem, na cidade de Ivaiporã, onde residimos, diversas entidades daquele município se reuniram, entidades como Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Associação de Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas, Médicos Veterinários, Associação Comercial, Lions, Rotary, etc., etc., para fazerem uma avaliação da situação por que passa aquele município e até mesmo por que passa a nossa Região. E pretendemos amanhã, durante a visita do Governador José Richa ao nosso Vale do Ivaí, lá na cidade de São Pedro do Ivaí, entregar a ele o documento que foi elaborado por este conjunto de associações, por este conjunto de entidades e organismos e que bem demonstram a gravidade por que passa aquela nossa Região, eminentemente agropecuária e que vem, há mais de seis meses, sofrendo e sendo castigada pelas secas, e mais recentemente pela chuva de granizo, a ponto de que na reunião de ontem decidiu-se e definiu-se pela decretação de estado de emergência.

São milhares de bóias-frias sem ter o que fazer, já não tendo mais o que comer em suas casas e ameaçando de repente aquela nossa Região, aquela nossa cidade, ser alvo de saques de pessoas trabalhadoras do meio rural, mas que para sustentar a sua fome e de seus filhos, talvez tenham que praticar atos até de vandalismo.

Por esta razão é que, mais uma vez, voltamos à tribuna

para mostrar aos companheiros que talvez ainda não tenham uma noção, porque muitos dos que aqui estão conhecem a realidade do interior do Paraná e o problema de sua seca. Mas temos que fazer alguma coisa, principalmente nós hoje no Poder, hoje no Partido da Situação: no sentido de sensibilizar as autoridades governamentais, sejam eles da esfera federal ou estadual, no sentido de atender de imediato as reivindicações que são feitas, não só pelo nosso Vale do Ivaí, mas por todo o Estado. Reivindicações estas que foram levadas pelo Presidente da FAEP, aos ministros das áreas econômicas, da agricultura e ao Presidente da República e que dizem respeito à diminuição dos juros, à prorrogação dos prazos, ao referido refinanciamento para novas culturas e tantas outras reivindicações que já foram postas e que na sua grande maioria ainda não foram solucionadas.

E principalmente, sensibilizar os nossos governantes. Isto já fizemos falando diretamente com o Governador José Richa, no sentido de que determine ao Banco do Estado do Paraná, banco oficial portanto, que se lute junto ao Banco do Brasil, também banco oficial e, porque não dizer, junto aos bancos privados, no sentido de se evitar, a todo o custo, que pequenas propriedades rurais sejam levadas a leilão e sejam tomadas de pequenos produtores rurais, não só da nossa região, mas de todo o Estado do Paraná.

É lamentável que no momento em que estamos a lutar pelo reassentamento dos sem-terras que hoje estão aí a perambular por todos os cantos e por todos os lados venhamos a provocar novos e diversos outros sem terras, pelo simples fato, pelo simples desejo de se receber uma conta referente ao financiamento bancário. Não podemos punir, não podemos discriminar, não podemos expulsar da terra quem por mais de trinta anos lutou para conquistar o seu pedaço de chão. Não é justo portanto que bancos, até mesmo oficiais, venham a agir confiscando as pequenas propriedades de nossos produtores rurais.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Encerrado o pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel, inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com base no apelo das forças vivas da comunidade pontagrossense, levantamos a nossa voz para, por meios legais, não dispensando a acolhida dos demais Pares deste Poder Legislativo, auxiliar o setor de turismo de nosso Estado, que poderá sofrer perda grave diante da ação popular movida contra a PARANATUR — Empresa Paranaense de Turismo.

O objeto dessa ação popular, que, na verdade, se divide em duas, vem a ser as obras realizadas no Parque Estadual de Vila Velha, obras estas que, dentre outras melhorias, coloca à disposição dos turistas, o teleférico das Furnas e as piscinas existentes em Vila Velha.

A situação criada pelas duas ações, deu origem a um grande movimento de cunho comunitário em Ponta Grossa, culminando com uma reunião que aconteceu no último dia 5 do mês em curso, depois de ouvidos os argumentos, o advogado da empresa da PARANATUR, Dr. Waldir Brizar Filho, que se fazia, na ocasião, acompanhar do arquiteto Silvio Brunetto. Naquela oportunidade, ficou definido o apoio da população pontagrossense, representada por mais de 20 entidades, no sentido de que o Poder Judiciário evite o desmantelamento das obras realizadas, e que são, hoje, fator da elevação da presença de visitantes e, porque não dizer, tantos, que justificam plenamente o valor

das belezas naturais lá existentes.

Sem menosprezar o desejo dos ecologistas, que patrocinaram a referida ação popular, entendemos que, pelo saldo positivo dos benefícios acumulados com essas obras, a comunidade prefere tomar rédeas da situação, apoiada em documento específico da empresa, da PARANATUR, analisando devidamente as vantagens oferecidas pela infra-estrutura, e que tanto custou ao Estado do Paraná, sendo uma das muitas e boas obras do Governo Jayme Canet Jr.

Acolhendo proposta apresentada na ocasião, ficou decidido que, com base em documento explicativo da PARANATUR, a comunidade local se mobilizará no sentido de apoiar o recurso extraordinário que será interposto pelo Governo do Estado, pedindo ao Poder Judiciário que reveja a decisão tomada, e que mantenha em funcionamento a mesma infra-estrutura existente, preservando assim, a pavimentação asfáltica interna do Parque, as piscinas e o teleférico de FURNAS, hoje, algo especial para os que gostam de emoções e de beleza.

Não pretendemos com isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diminuir ou criticar a iniciativa dos autores da ação popular, e, muito menos, discutir ecologia quanto ao aspecto científico, pois a ciência é. Porém, quanto aos aspectos visual e estético, não me parece, sejam suficientes, para, no momento atual, de dificuldades financeiras e de falta de capacidade de investimentos públicos, imporem o rigor da decisão judicial já tomada.

A demolição, pois, dos referidos equipamentos de infra-estrutura turística, no parque de Vila Velha, desde que, tecnicamente viável, conforme dispõe a sentença judicial, trará muito maior prejuízo ao turismo paranaense e desconforto aos visitantes, do que a sua simples preservação.

Vale lembrar ainda, que a própria PARANATUR, antecipando-se a medidas judiciais, iniciou a retrada de alguns equipamentos que não foram alvos desta decisão, como bares, lanchonetes, refletores, que comprometiam injustificadamente os arenitos lá existentes. Recomendando apenas a manutenção daquelas obras, que exigiram maior fonte de recursos e que oferece maior conforto aos turistas que afluem ao Parque de Vila Velha.

Senhores Deputados, antes de ser um atentado à ecologia, o desmantelamento das obras existentes no Parque Estadual de Vila Velha, é um mal para o desenvolvimento do turismo no Paraná, justamente quando tanto se fala em crescimento econômico e social deste Estado.

Considero naquilo que os ecologistas conseguiram lograr êxito, estes tiveram seu fundo de razão.

A natureza foi feita para o homem. Somar a ela o conforto da vida moderna, dentro do respeito à sua integridade, e permitir a evolução sem prejuízo de um setor cada vez mais disputado do mundo inteiro.

Tenho a mais absoluta convicção de que, na condição, também, de representantes de Ponta Grossa neste Parlamento, os demais companheiros Deputados desta região, marcharam nesta luta com a comunidade.

Como se trata também, de defender o setor do turismo paranaense, julgo importante a somatória de esforços com todos os Deputados desta Assembléia Legislativa, pois esta Casa defende o povo deste Estado, e, também, as coisas que dizem respeito ao interesse econômico e social, sem prejuízo, como já disse anteriormente, do controle do meio ambiente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, representando a nível local a comunidade, o Prefeito de Ponta Grossa Otto Cunha, gestionará também, como importante elo nesta

corrente de esforços. E com a ajuda deste Poder Legislativo haveremos de, preservando a natureza, permitir que seja evitado o retrocesso na estrutura do turismo paranaense quanto àquelas instalações e equipamentos úteis existentes no Parque Estadual de Vila Velha.

Finalizando, Srs. Deputados, peço desde já, desta tribuna, que o duto pensamento da justiça, seja embasado na realidade de uma comunidade, que tem também, no turismo, uma de suas fontes de desenvolvimento econômico e social, e também ainda, de desenvolvimento da conscientização da importância da ecologia como forma de preservar o próprio homem e seu meio.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — (Pela Ordem) Sr. Presidente, consulto Vossa Excelência sobre quais os projetos que são objeto da convocação extraordinária, e que nos termos do Regimento Interno, devem ser votados deste período extraordinário, pois que observo pela Ordem do Dia de hoje, que alguns projetos são objetos da convocação do Sr. Governador do Estado, e outros não fazem referência a este fato. Consulto Vossa Excelência sobre a razão da discriminação dos projetos na pauta dos trabalhos de hoje?

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa, antes da votação da Ordem do Dia, responderá a Vossa Excelência.

Concede a palavra à Representação do PMDB. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveitamos a oportunidade para nos juntarmos a outros companheiros Deputados, companheiros de bancada que vêm à tribuna desta Casa denunciar a situação de calamidade pública que vivem alguns municípios de nosso Estado. E entre eles gostaria de destacar os Municípios de Lunardelli e de São João do Ivaí. Naqueles municípios não existem indústrias, o que existe são agricultores homens acostumados a batalhar na terra, e da terra tirarem o seu sustento. E nesta ocasião vemos aqueles municípios com safras frustradas. E seca que assola a região tirou dos agricultores de São João do Ivaí e Lunardelli qualquer capacidade de sobrevivência.

Chegamos a um ponto, tão crítico que agricultores que possuem pedaços de terras há quinze, vinte anos, estão sendo obrigados a vender essas mesmas terras a preços irrisórios, muitas vezes 10, 20 por cento do seu valor normal, para tentar pagarem as suas contas bancárias, os seus empréstimos bancários. Recebemos há aproximadamente dez dias, uma comissão de agricultores de São João do Ivaí e Lunardelli, e com eles fomos ao Sr. Secretário de Finanças, ao Banco do Estado do Paraná, ao Governador José Richa, e também ao companheiro Sebastião Rodrigues, diretor de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.

A todos fizemos um apelo, um apelo veemente para que se unam a nós, para que reconheçam a situação difícil, porque passam os agricultores daquela região, e nos ajudem a tentar, senão for possível solucionar o problema em definitivo, mas, pelo menos minimizá-lo.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado Artagão, cumprimento Vossa Excelência pela sua preocupação

com os agricultores daquela região do Vale do Ivaí. Ontem ocupei a tribuna para fazer também um apelo ao Governador, que está preocupado com os sem-terra, com o reassentamento. Fiz um apelo para que se preocupe com aqueles que estão na terra, e estão perdendo; que está indo a leilão, e que tomasse providências para que fossem sustadas as execuções naquela região, entre São João do Ivaí e Lunardelli, Ivaiporã até que o Banco Central determine a prorrogação, porque não é só o Banco do Estado ou o Banco do Brasil, as Instituições Privadas, o Banco Itaú, como o Bradesco, o Banco Nacional, estão executando aqueles agricultores, e que já estão sem as suas terras, e destinados a virem inchar as favelas nos grandes centros.

Associo a Vossa Excelência e dirijo também o nosso apelo, para que o Governador interceda diretamente junto ao Banco Central, para que sejam sustadas essas execuções, e concedido um prazo de prorrogação, para que eles possam liquidar esse débito.

Muito obrigado.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Agradeço o

aparte do nobre Deputado Gilberto Carvalho, que sei que é um líder político na região, e que há muitos anos vem fazendo política naquela região e o fazendo muito bem, por isso também sei da sua preocupação como nós, Deputado, com os agricultores daquela região e quero lhe afirmar que nós em Comissão, com companheiros agricultores de São João do Ivaí e Lunardelli, já fomos até a presença do Senhor Governador, já conversamos com Sua Excelência e nessa oportunidade, aproveitamos para solicitar ao Senhor Governador que está na hora agora de uma solução concreta, está na hora do nosso Governador olhar com mais carinho esses agricultores que hoje não estão tendo saída e quero participar também ao nobre Deputado que estamos entregando hoje à tarde ao Governador do Estado e ao Diretor de Crédito Agrícola do Banco do Estado, uma relação das execuções dos agricultores e uma relação dos débitos de todos os Bancos. Com isso, pensamos sensibilizar ainda mais as nossas autoridades para esse problema que sabemos, Senhor Deputado, difícil, muito difícil e que aflige a região de Lunardelli e São João do Ivaí.

Portanto, queria deixar caracterizado, nesta oportunidade, a nossa preocupação por esta situação porque passam os nossos companheiros do Vale do Ivaí e também participar aos demais companheiros de Bancada, das providências que já encetamos, que já tomamos e esperamos agora, uma decisão, uma solução por parte de nossas autoridades maiores.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Concedo a palavra à Liderança do PFL.

(Declina).

Concedo a palavra à Liderança do PDT.

(Ausente).

Concedo a palavra à Liderança do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Governador José Richa, em data de 09 de dezembro do corrente, encaminha a esta Assembléia, mensagem aditiva pela qual procura obter novos recursos para o endividamento externo e interno do Estado do Paraná. A Mensagem Governamental n. 229, objetiva autorizar a contratação junto ao BNH, através do PLANASA, de 583 bilhões de cruzeiros, sem

entretanto especificar quais as obras, quais os municípios que serão beneficiados com o novo processo de endividamento interno do Estado do Paraná.

A Mensagem n. 231/85, também datada de 09 de dezembro de 1985, objetiva autorizar o Poder Executivo, a aumentar o limite de endividamento junto ao BNH, no valor correspondente a 17 bilhões, e 500 milhões de UPCs o que equivale, em data de hoje, a mais de 1 trilhão de cruzeiros! Duas mensagens de endividamento interno do Estado do Paraná, com as quais a Bancada da Oposição nesta Casa votará favoravelmente, porque entende tratar-se de recursos que se transformam em obras, obras que gerarão empregos, empregos que ativarão a economia estadual. Entretanto, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, há uma outra mensagem que o Governador encaminha a esta Assembléia, nos extertores do Ano Legislativo, a de n. 228/85, com a qual não se pode concordar! É a mensagem que autoriza operações de crédito para o exercício de 1986, no valor de 6 trilhões, 517 bilhões e 100 milhões de cruzeiros para a complementação da Receita Ordinária do Estado do Paraná — 6 trilhões, Senhores Parlamentares, dos quais 4 trilhões de Recursos Externos, dos quais, 2 trilhões, 225 bilhões e 300 milhões de cruzeiros referem-se a ingressos de operações já contratadas, e, 1 trilhão, 785 bilhões e 200 milhões, que deverão ser captados em moeda estrangeira no equivalente, ao câmbio de hoje, a mais 104 milhões de dólares!

Vejamos, Senhores Parlamentares, o que aconteceu no Governo do PMDB do Paraná, cujo candidato de ontem e Governador de hoje, prometia não endividar externamente o Estado do Paraná:

Assumiu o Governo, em março de 1983, com uma dívida da Administração centralizada em dólares, no valor de 330 milhões de dólares. Em três anos de Governo e administração peemedebista no Paraná conseguiu elevar em dólares, em mais de 100% a dívida externa do Paraná, isto é, as operações já contratadas pelo Governo do Estado, ascendem a hoje, a quantia de 670 milhões de dólares.

Com esta operação que o Governador pede autorização à Assembléia Legislativa, faltando apenas dez dias para o término do período extraordinário, Sua Excelência, o Governador do Estado, eleva a dívida externa do Paraná para 874 milhões de dólares. O que equivale dizer que o Governador José Richa, sozinho, em três anos de mandato elevou em 500 milhões de dólares, a meio bilhão de dólares a dívida externa do Paraná. Não satisfeito com isto, elevou a dívida interna do Estado do Paraná com o lançamento dos títulos de Dívida Pública Estadual, através das O.R.T.N.s estaduais, e das Letras do Tesouro Estadual em mais um trilhão e quinhentos bilhões de cruzeiros, para o exercício de 1986.

Pois bem, o povo do Paraná tem memória. Quando Richa assumiu criticou o Governo anterior, do professor Hosken de Novaes, porque teria deixado um déficit orçamentário da ordem de 100 bilhões de cruzeiros.

O que dizer agora, do governo do Senhor José Richa que apenas numa tacada quer elevar a dívida externa e interna do Paraná em seis trilhões de cruzeiros? O que equivale, Senhores Parlamentares, a 60 por cento da arrecadação própria de ICM prevista para o exercício de 1986.

Aonde que o Paraná vai parar? Será que não seria o caso de repetir aqui aquilo que Richa afirmou em 82, num comício em Jacarezinho, quando dizia que o endividamento externo do Paraná estava sendo feito de uma forma irresponsável, que comprometeria o futuro do nosso Estado. Por que? Porque o Paraná devia, desde a sua Emancipação Política, até o Governo que encerrou o seu mandato em 83, trezentos e trinta milhões de dólares, e agora Richa deixa o seu Governo ao seu sucessor, com uma dívida em dólares de oitocentos e setenta milhões e lança a ORTN e as Letras do Tesouro Estadual, para financiar o déficit público estadual a semelhança...

O Sr. Caetano Quintana — Vossa Excelência fala da tribuna coisas que não são verdades.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... do déficit público do seu Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) — Está encerrado o tempo de Vossa Excelência.

Concedo mais dois minutos para conclusão do seu discurso.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Por isto, Senhores Parlamentares, eu digo, convocação extraordinária para votar matéria de tamanha importância em apenas dez sessões, é pior, muito pior do que decurso de prazo de Figueiredo e de Delfin Neto.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra à Representação do PCB, não se encontrando em Plenário, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Adnail Sprenger Passos, constante do expediente, necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 275/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 195/85), que autoriza o Poder Executivo abrir um crédito suplementar até o limite de Cr\$4.530.000.000 (quatro bilhões, quinhentos e trinta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Administração de Material — DEAM, destinado a cobrir despesas de custeio e de capital. SEM PARECER. OBJETO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 317/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 218/85), que objetiva regularização dos créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) mediante dispensa de parte dos valores da multa, dos juros e da correção monetária, conforme especifica. SEM PARECER. OBJETO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 322/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 222/85), que objetiva majorar, a partir de 1.^o de janeiro de 1986, os vencimentos dos cargos efetivos em comissão e funções gratificadas do funcionalismo público civil e militar do Estado. SEM PARECER. OBJETO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 324/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 220/85), que autoriza o Poder Executivo abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$11.200.000 (onze milhões e duzentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual do Colégio Estadual do Paraná, destinado a cobrir despesas com outros serviços e encargos. SEM PARECER. OBJETO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 325/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 221/85), que autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$3.043.500.000 (três bilhões, quarenta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Universidade Estadual de Maringá, destinados a cobrir despesas, conforme especifica. SEM PARECER. OBJETO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 326/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 223/85), que objetiva alterar a Tabela integrante da Lei n. 6361, de 21.12.72, que versa sobre a taxa de saúde, instituída pela Lei n. 5511, de 10.02.67, conforme especifica. SEM PARECER. OBJETO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 327/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 225/85), que autoriza o Poder Executivo a emitir, colocar no mercado e resgatar Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná, bem como pagar juros deles decorrentes, através da Secretaria das Finanças, obedecida a Legislação Federal que rege a matéria, conforme especifica. SEM PARECER. OBJETO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 149/85, (Mensagem n. 192/85 - ex-Proposição n. 160/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná de 26.08.85, através da Secretaria da Indústria e Comércio e a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, objetivando ação concentrada nos municípios que menciona, conforme o "Projeto de Cadastro Industrial para Elaboração do Catálogo de Produtos Paranaenses". Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 150/85, (Mensagem n. 194/85 - ex-Proposição n. 162/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado

em 18.09.85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior com interveniência da SUCEPAR, e o município de Apucarana, visando fornecimento de tubos de concreto a serem utilizados em obras de drenagem destinadas ao controle da erosão urbana naquele município. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 151/85, (Mensagem n. 201/85 - ex-Proposição n. 163/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 01.10.85, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a União, por meio da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando integração dos Sistemas de Planejamento Federal e Estadual e o fortalecimento das Administrações Municipais, em continuidade ao Programa de Cooperação Técnica e Financeira a Estados e Municípios. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 152/85, Mensagem n. 202/85 - ex-Proposição n. 164/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o município de Nova América da Colina, em 14.10.85, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com o Programa de Ação Municipal – PRAM, conforme plano de aplicação e procedimentos estabelecidos nos manuais do referido Programa. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 155/85, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que regulamenta a aplicação, os dispêndios, os registros contábeis dos recursos provenientes da Receita Patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências. SEM PARECERES. **Aprovado. (Publicado no D.A. 139, de 05.12.85).**

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 156/85, (Mensagem n. 208/85 - ex-Proposição n. 171/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1.^o Termo Aditivo de 27.08.85, ao Convênio celebrado em 27.12.84, pelo Estado do Paraná, através de suas Secretarias do Planejamento, da Agricultura e do Interior, e da COPEL, com a TELEPAR e o município de Curitiba, objetivando execução da 1.^a etapa do Projeto "Unificação de Bases Cartográficas – UNIBASE", na Região Metropolitana de Curitiba. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 157/85, (Mensagem n. 217/85 - ex-Proposição n. 179/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que ficam aprovados os Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e os municípios mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com o Programa de Ação Municipal – PRAM. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 158/85, (Mensagem n. 219/85 - ex-Proposição n. 181/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo n. 127/84, de 06.09.84, ao Convênio de Cooperação Técnica e

Financeira celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do DER, com o município de Paranavai, objetivando ampliação de recursos destinados à construção da ligação rodoviária, trecho BR/376 Mandiocaba, no referido município. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 159/85, (Mensagem n. 212/85 - ex-Proposição n. 175/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n. 032/85-COMEC, celebrado em 29.10.85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Planejamento e o município de Curitiba, com a participação da COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 160/85, (Mensagem n. 209/85 - ex-Proposição n. 173/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com partes, datas e objetivos conforme especifica. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 161/85, (Mensagem n. 211/85 - ex-Proposição n. 170/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 14.10.85, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios mencionados, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 162/85, (Mensagem n. 203/85 - ex-Proposição n. 166/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Estado do Mato Grosso do Sul, de 15.10.85, objetivando o intercâmbio de informações e experiências, com vistas à integração econômica e social entre as regiões limítrofes dos dois Estados. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 163/85, (Mensagem n. 207/85 - ex-Proposição n. 169/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, datados de 11.10.85, através da Secretaria do Interior e os municípios de Assis Chateaubriand e Cambira, com a participação da SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 164/85, (Mensagem n. 205/85 - ex-Proposição n. 168/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 009/85-SETR, celebrado em 30.09.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o município de Guaraqueçaba, visando a execução de serviços de recuperação das flutuantes de Arapirã, Vila Fátima, Tibicanga

Guaraqueçaba. Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 165/85, Mensagem n. 193/85 - ex-Proposição n. 161/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 18.09.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL, com a intervenção da Secretaria do Interior e da SUCEPAR, visando a execução de obras de controle da erosão nas localidades que especifica. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 166/85, Mensagem n. 210/85 - ex-Proposição n. 172/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos aditivos celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com partes, datas e objetivos conforme especifica. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) — Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) — Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

35 Senhores Deputados responderam a chamada. Há quorum para deliberação.

A Presidência irá atender a solicitação do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, para a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

32 Senhores Deputados aprovam, 1 Senhor Deputado rejeita.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor Presidente, desejo registrar que Vossa Excelência tem uma agilidade matemática para contar presença de Parlamentares nesta Casa ausitada no Parlamento Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Olhos de lince, Senhor Deputado. Está aprovada a matéria.

4.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 167/85, Mensagem n. 215/85 - ex-Proposição n. 178/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 30.10.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de Santo Antônio do Caiuá, com a participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. Aprovado.

5.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 168/85, Mensagem n. 213/85 - ex-Proposição n. 176/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Ratificação, firmado em 27.09.85, ao Convênio celebrado em 26.06.81, entre o Estado do Paraná e os municípios do Eixo Londrina-Maringá — METRONOR, com a intervenção da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, objetivando alteração das suas

cláusulas terceira e quarta. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE Aníbal Khury) — Sobre a mesa,

requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo para que a Escola Estadual Vila Vicentina — Ensino de 1.º Grau, da Vila Marumbi - Uvaranas, no município de Ponta Grossa, passe a denominar-se Escola Estadual João Maria Cruz - Ensino de 1.º Grau. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando a transferência do Posto Policial existente na Rodovia do Café, Km 130 para o Km 170, no trevo do distrito de São Bento, no município de Tibagi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, para que o mesmo determine à CAFE DO PARANÁ, a liberação de sementes de milho para os agricultores da região sudoeste do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 275, 317, 322, 324, 325, 326 e 327/85 e dos Projetos de Resolução n. 149 a 152, 155 a 168/85.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 285/85 e dos Projetos de Resolução n. 169 e 170/85.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) — Solicito que Vossa Excelência anuncie a Ordem do Dia de amanhã de forma audível ao Plenário desta Casa. E consulto Vossa Excelência se fará a inclusão de alguma matéria nova para a pauta de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — A Mesa informa Vossa Excelência que estarão na Ordem do dia de amanhã os Projetos de Lei aprovados em 1.ª Discussão, Projetos de Resolução e Projeto de Lei n. 285/85 em 1.ª Discussão e os Projetos de Resolução 169 e 170/85.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Projetos de Lei de autoria de quem? Vossa Excelência poderia anunciar, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Projeto de Lei, Mensagem Governamental 285/85 que se refere a professores, com parecer favorável da C.C.J.

Projetos de Resolução 169/85 e 170/85 com Parecer favorável da C.C.J.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência pode anunciar a autoria dos últimos dois projetos?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — É do Governo do Estado. Mensagem Governamental.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — E se referem a que assuntos, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Referem-se a Convênios Senhor Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — A Convênios. Então

Vossa Excelência não coloca na Ordem do Dia de amanhã as matérias que envolvem empréstimo internacional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Não.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Vossa Excelência pode

ficar tranqüilo que não constará na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — LEVANTA-SE A SESSÃO.